

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 11A - MS

Estudo Técnico Preliminar 13/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 2026/000022

2. Descrição da necessidade

A mudança para uma sede de maior visibilidade e fluxo, localizada na região central de Campo Grande, exige uma política de segurança robusta. A instalação de um sistema de monitoramento não é apenas uma medida de proteção contra delitos, mas uma ferramenta de gestão e transparência administrativa. A utilização de câmeras 360° permite a cobertura total de ambientes internos e recepções, eliminando "pontos cegos" comuns em câmeras fixas tradicionais, reduzindo assim o número de equipamentos necessários e otimizando o investimento. Central de alarme com, no mínimo, 04 zonas de alarmes configuráveis, que permitam utilização com sensores de presença, sensores de abertura de portas/janelas, acionamento de sirenes ou outros dispositivos de alerta. A tecnologia de comunicação deve ser compatível com os sensores (com fio, sem fio, de barramento etc.)

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretora Executiva	Vivian Bedoglin

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação tem como objetivo suprir a demanda por monitoramento contínuo e segurança patrimonial da instituição, por meio da locação de sistema de videomonitoramento composto por 16 câmeras de vigilância do tipo Full HD IP, devidamente instaladas, posicionadas estrategicamente (conforme Termo de Referência) e configuradas para funcionamento contínuo.

A quantidade de 15 (quinze) câmeras foi definida com base na necessidade de cobertura integral das áreas internas e externas da edificação, incluindo acessos, corredores, áreas administrativas e demais pontos sensíveis, de modo a minimizar pontos cegos e garantir monitoramento eficaz do ambiente institucional. A distribuição estimada contempla aproximadamente 13 (treze) câmeras em áreas internas sem captação de áudio e 02 (duas) câmeras com captação de áudio, considerando a necessidade de cobertura integral dos ambientes internos, acessos, áreas de circulação e perímetro da edificação, com o objetivo de eliminar pontos cegos e garantir monitoramento eficaz.

O sistema proporcionará cobertura visual adequada, assegurando qualidade de imagem suficiente para identificação nítida de pessoas, veículos e eventos relevantes, contribuindo para a prevenção de incidentes e apoio à apuração de ocorrências.

Um ponto essencial desta solução é a capacidade de armazenamento das gravações, com retenção mínima de 30 (trinta) dias em nuvem, permitindo a consulta retroativa de imagens em caso de incidentes, auditorias ou investigações internas. Essa funcionalidade garante a rastreabilidade dos eventos e aumenta a eficiência nas ações preventivas e corretivas de segurança.

Além disso, o uso de câmeras Full HD IP possibilita monitoramento em tempo real, com alta resolução, contribuindo para a inibição de ações ilícitas, proteção do patrimônio público e integridade física de servidores, visitantes e demais usuários da instituição.

Adicionalmente, o sistema deverá garantir o controle de acesso às imagens, o registro de acessos (logs) e a observância às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), assegurando a confidencialidade e integridade das informações geradas.

Não haverá cobertura de áreas privadas ou sensíveis, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Central de alarme com, no mínimo, 04 zonas de alarmes configuráveis, que permitam utilização com sensores de presença, sensores de abertura de portas/janelas, acionamento de sirenes ou outros dispositivos de alerta, possuir proteção contra sabotagem, com chave tamper, detecção de corte de fios, falhas de comunicação e monitoramento contínuo que identifique ausência ou falhas em sensores e outros componentes, acionando alertas quando necessário, deve permitir monitoramento remoto por equipamentos de informática, incluindo dispositivos telemóveis, programação de horários, alarmes para emergências, registro de eventos para auditoria, indicadores visuais de status e certificações que garantem conformidade com normas técnicas e de segurança da ABNT. Deve possuir ambas as formas de comunicação Ethernet (ou wifi) e 4G, seja integrada na placa ou através de módulos externos, garantindo ainda mais comunicação, estabilidade e segurança e eficiência para envio e recebimento de dados. Deve possuir bateria selada de backup com tensão de 12V DC e capacidade mínima de 7AH. O equipamento deve garantir funcionamento contínuo em caso de queda de energia elétrica. Modelo de referência: Intelbras AMT 2018 EG, DSC NEO HS2064 e Paradox SP7000 ou equivalente. Teclado: Equipado com visor (LED, LCD ou similar) para

facilitar a programação e a operação da central de alarme, oferecendo menus em português. Permite a ativação e desativação do sistema, além da configuração de zonas, tempos de ativação e outros parâmetros. Modelo de referência: Intelbras XAT 4000 LCD ou equivalente. Sensor interno (IVP) de movimento: Sensor de movimento infravermelho passivo (IVP) com acionamento de alarme ou outro dispositivo ao detectar movimento no ambiente; função Pet Immunity ou similar; deve ser supervisionado para corte de fiação e remoção. Modelo de referência: IVP 5001 PET SHIELD ou equivalente. Fonte ininterrupta com bateria Fonte ininterrupta com entrada bivolt e saída 12V, com bateria inclusa, para alimentação dos sensores de barreira. Modelo de referência: FA 1220 S ou equivalente. Sirene Sirene piezoelétrica com no mínimo 105dB, tensão 12V. Modelo de referência: Intelbras SIR 1000 ou equivalente.

5. Levantamento de Mercado

Foi realizado levantamento de mercado com empresas especializadas no fornecimento do objeto.

O levantamento foi conduzido junto às empresas fornecedoras do objeto, cujas propostas permitiram comparar a média de preços praticados para o fornecimento. Também foram feitas referências de aquisições similares firmadas por outros órgãos de porte equivalente e painéis de referência de preços públicos disponíveis em bancos de dados oficiais.

Após análise técnica e comparação das soluções disponíveis, concluiu-se que a melhor alternativa para atender à necessidade é a contratação de empresa especializada para a realização de videomonitoramento por câmeras por meio de gravação e armazenamento em nuvem com funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana e central de alarme com utilização com sensores de presença, sensores de abertura de portas/janelas, acionamento de sirenes ou outros dispositivos de alerta.

Verifica-se que o mercado adota como padrão o fornecimento de solução completa, incluindo equipamentos em regime de comodato, instalação, infraestrutura, manutenção e suporte técnico, sem custos adicionais durante a execução contratual.

6. Descrição da solução como um todo

A presente contratação visa atender à necessidade premente da administração do Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região – CREF11/MS, de estabelecer um sistema eficiente de segurança patrimonial das suas instalações, bens e demais recursos, cujo fim último é a salvaguarda do patrimônio público.

Esta iniciativa é de interesse público, porquanto relativo à segurança patrimonial do CREF11, o que significa dizer a proteção de bens e recursos da Administração Pública. Por outro lado, há que se falar na proteção dos funcionários e usuários das instalações do Conselho, tendo em vista que o sistema de videomonitoramento é capaz de monitorar o acesso ao prédio, viabilizando um ambiente seguro e protegido.

Solução A: Não executar o serviço.

Resposta à Solução A: Deixar de executar o serviço após o encerramento do Contrato atual desprotegerá o patrimônio público e os usuários do CREF11/MS, que ficarão desamparados e sem a mínima segurança, suscetível a roubos, furtos, depredações, invasões, dentre outras problemáticas decorrentes da ausência de segurança eletrônica.

Solução B: Contratar empresa para aquisição de novos equipamentos de segurança eletrônica e videomonitoramento, com instalação dos recursos e manutenção.

Resposta à Solução B: Contratar empresa para aquisição de todos os equipamentos, incluindo instalação e manutenção dos serviços. Contudo, na prática, a solução se mostra inadequada, tendo em vista que danos decorrentes do próprio uso dos equipamentos fragilizam a segurança do Conselho, demandando nova aquisição (gasto recorrente). Ademais, em pesquisa de mercado, após comparativo entre o sistema de segurança patrimonial mediante aquisição de equipamentos e mediante comodato, observou-se que a contratação por aquisição é economicamente desvantajosa.

Solução C: Contratação de empresa para prestação do serviço sob regime de comodato.

Resposta à Solução C: Contratação de empresa especializada no objeto, para prestação do serviço sob regime de comodato, demonstrou maior vantajosidade ao Conselho, uma vez que o custo da locação de todo o sistema de segurança eletrônica é mais adequado em termos econômico e prático. O regime de comodato permite que o serviço seja prestado com menor custo, podendo ser aprimorado com novas atualizações e substituição de equipamentos com maior frequência, sem encargos adicionais ao Conselho.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A contratação tem por objeto a locação de sistema de videomonitoramento (CFTV), composto por câmeras IP Full HD, incluindo todos os equipamentos, materiais, infraestrutura e serviços necessários para o perfeito funcionamento do sistema, devidamente instalados, configurados e prontos para operação contínua, com suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual.

01 DVR ou NVD de Alta Performance:

Equipamento de última geração com suporte a tecnologia 4K ou Full HD, compressão de vídeo H.265+ (para otimizar o espaço em disco) e capacidade para múltiplos canais. Equipamento compatível com, no mínimo, 16 canais IP, com suporte aos padrões de mercado (ex: ONVIF ou equivalente), capacidade de gravação simultânea e armazenamento suficiente para retenção mínima de 30 dias, com armazenamento em nuvem, garantindo gravação contínua.

15 Câmeras IP:

Câmeras com resolução mínima de 2MP (Full HD), visão noturna (IR), WDR, detecção de movimento e adequadas para ambientes internos e externos. Sendo duas com captação de áudio.

Observações técnicas:

O sistema deverá garantir armazenamento contínuo de imagens por período mínimo de 30 (trinta) dias, sem perda de dados;

A solução deverá prever implantação em prazo compatível com a necessidade institucional, em até 15 (quinze) dias úteis, garantindo a rápida disponibilização do sistema de videomonitoramento, sem comprometer a segurança patrimonial e a continuidade das atividades da Câmara.

A solução deverá garantir elevados níveis de disponibilidade e continuidade do serviço de videomonitoramento, de modo a assegurar o funcionamento contínuo do sistema, com mínima ocorrência de falhas ou indisponibilidades, conforme níveis de serviço (SLA) a serem definidos no Termo de Referência.

A definição da capacidade mínima de armazenamento em nuvem considera o padrão observado nas soluções ofertadas pelo mercado, garantindo maior confiabilidade e retenção adequada das imagens;

As câmeras deverão permitir monitoramento em tempo real, com acesso remoto por navegador e/ou aplicativo, devendo o acesso ocorrer por meio seguro (HTTPS, VPN ou equivalente), com autenticação, controle de permissões por usuário e registro de acessos (logs);

Central de alarme com, no mínimo, 04 zonas de alarmes configuráveis, que permitam utilização com sensores de presença, sensores de abertura de portas/janelas, acionamento de sirenes ou outros dispositivos de alerta, possuir proteção contra sabotagem, com chave tamper, detecção de corte de fios, falhas de comunicação e monitoramento contínuo que identifique ausência ou falhas em sensores e outros componentes, acionando alertas quando necessário, deve permitir monitoramento remoto por equipamentos de informática, incluindo dispositivos telemóveis, programação de horários, alarmes para emergências, registro de eventos para auditoria, indicadores visuais de status e certificações que garantem conformidade com normas técnicas e de segurança da ABNT. Deve possuir ambas as formas de comunicação Ethernet (ou wifi) e 4G, seja integrada na placa ou através de módulos externos, garantindo ainda mais comunicação, estabilidade e segurança e eficiência para envio e recebimento de dados. Deve possuir bateria selada de backup com tensão de 12V DC e capacidade mínima de 7AH. O equipamento deve garantir funcionamento contínuo em caso de queda de energia elétrica. Modelo de referência: Intelbras AMT 2018 EG, DSC NEO HS2064 e Paradox SP7000 ou equivalente. Teclado: Equipado com visor (LED, LCD ou similar) para facilitar a programação e a operação da central de alarme, oferecendo menus em português. Permite a ativação e desativação do sistema, além da configuração de zonas, tempos de ativação e outros parâmetros. Modelo de referência: Intelbras XAT 4000 LCD ou equivalente. Sensor interno (IVP) de movimento: Sensor de movimento infravermelho passivo (IVP) com acionamento de alarme ou outro dispositivo ao detectar movimento no ambiente; função Pet Immunity ou similar; deve ser supervisionado para corte de fiação e remoção. Modelo de referência: IVP 5001 PET SHIELD ou equivalente. Fonte ininterrupta com bateria Fonte ininterrupta com entrada bivolt e saída 12V, com bateria inclusa, para alimentação dos sensores de barreira. Modelo de referência: FA 1220 S ou equivalente. Sirene Sirene piezoelétrica com no mínimo 105dB, tensão 12V. Modelo de referência: Intelbras SIR 1000 ou equivalente.

A solução deverá contemplar todos os elementos necessários à instalação completa, incluindo cabeamento estruturado, conectores, eletrodutos, caixas de passagem e demais materiais, conforme padrão identificado nas propostas de mercado;

O sistema deverá permitir gestão de usuários com diferentes níveis de acesso, garantindo o princípio do menor privilégio;

A solução deverá ser projetada de forma a evitar ponto único de falha, podendo utilizar mais de um equipamento de gravação (NVR) ou solução equivalente que garanta maior disponibilidade do sistema;

O sistema deverá possuir compatibilidade com padrões abertos de mercado (ex: ONVIF ou equivalente), evitando dependência tecnológica de fornecedor específico;

O sistema deverá possuir mecanismos de controle de acesso, registro de logs, trilha de auditoria e garantia de integridade e confidencialidade das imagens, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);

Todos os equipamentos deverão ser entregues instalados, configurados, identificados, testados e em pleno funcionamento;

A contratada deverá fornecer suporte técnico contínuo, incluindo manutenção preventiva e corretiva, sem custo adicional, com substituição de equipamentos defeituosos em prazo compatível com o SLA;

O atendimento técnico deverá observar Acordo de Nível de Serviço (SLA), contemplando prazos para início do atendimento (resposta) e para a solução de incidentes, com tempos compatíveis com a criticidade dos chamados, a serem detalhados no Termo de Referência;

A solução deverá prever escalabilidade, permitindo expansão futura sem necessidade de substituição integral da infraestrutura implantada;

A infraestrutura de rede deverá ser dimensionada considerando tráfego de dados, estabilidade e segregação adequada (ex: VLAN ou equivalente, quando aplicável);

A instalação deverá atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente quanto à segurança elétrica, cabeamento estruturado (preferencialmente padrão Cat5e ou superior) e fixação adequada dos equipamentos;

Todos os materiais, acessórios, conectores, cabeamento, canaletas e demais itens necessários à completa instalação e funcionamento do sistema deverão estar inclusos na contratação;

A solução deverá garantir operação contínua, com monitoramento estável e sem degradação significativa de desempenho, mesmo em carga máxima.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 20.400,00

Para consulta de preços praticados em outros entes públicos foi utilizado o sistema de pesquisa de preços do ComprasGOV em conjunto com orçamentos de empresas especializadas em segurança eletrônica, cujas propostas atendem aos requisitos técnicos e operacionais. Assim, estabeleceu-se a média aritmética anual de valores.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em que pese ser possível o parcelamento total do objeto da contratação, entende-se pela sua inviabilidade, uma vez que os serviços são da mesma natureza e estão integrados. A questão da inviabilidade do fracionamento é justificada por se tratar de serviço passível de ser realizado conjuntamente, facilitando assim a operacionalização técnica, devendo-se realizá-lo em um único lote referente à prestação de serviços.

Na solução integrada a ser contratada, a combinação entre o atendimento ao imperativo da eficiência logística e a vantajosidade econômica seria buscada mediante a prospecção, em contexto de ampla competitividade, de proposta que ofereça a disponibilidade dos serviços com os menores custos pelo seu fornecimento, gerando uma maior eficiência na prestação dos serviços para o CREF11/MS, além do aproveitamento dos recursos da Administração Pública.

O objetivo é contratar uma única empresa, a qual será responsável pela prestação completa de serviço, de forma ordenada e centralizada, suprimindo a demanda deste Conselho no atendimento da necessidade. Vale destacar que há no mercado várias empresas que oferecem soluções completas e integradas para o fornecimento do serviço, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há a necessidade de contratações/aquisições correlatas ao objeto ora debatido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A prestação dos serviços propostos visa alcançar resultados concretos e mensuráveis, que são de fundamental importância para a segurança patrimonial do Conselho.

Os resultados pretendidos incluem:

Proteção patrimonial do CREF11/MS, o que inclui todos os bens materiais e instalações do Conselho;

Segurança dos funcionários e usuários dos serviços do Conselho, a partir do monitoramento de acessos, entradas e transeuntes das redondezas;

Prevenção de ações delituosas, repelindo ameaças de roubos, furtos e danos ao patrimônio públicos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem tomadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O Estudo Técnico Preliminar indica que esta forma de contratação é perfeitamente viável e que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos.

Diante do exposto, a equipe técnica declara ser viável a contratação da solução pretendida, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO SA PEREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 16:27:57.